

**PROCESSO** - A. I. Nº 269114.4001/10-4  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - TUBARÃO HAVAIANO CONFECCÕES LTDA.  
**RECURSO** - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 28/08/2018

## **2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO C.JF Nº 0214-12/18**

**EMENTA:** ICMS. REDUÇÃO DO VALOR DO DÉBITO TRIBUTÁRIO. Representação da PGE/PROFIS, com fundamento no artigo 136, §2º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB) e no artigo 113, §5º, I, do RPAF/BA/99, fundamenta no sentido de se apreciar a redução do montante devido, na forma dos novos cálculos pelos fiscais. Não prospera o entendimento do sujeito passivo, pois foi excluído do Simples Nacional por ato administrativo praticado pela Receita Federal do Brasil em 31/12/2008. Os fatos geradores do lançamento de ofício contempla apenas o exercício de 2009. Cobrança subsistente. Representação **NÃO ACOLHIDA**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de Representação da PGE/PROFIS, com fundamento no artigo 136, §2º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB) e no artigo 113, §5º, I, do RPAF/BA/99, que através do Parecer das fls. 162 a 163 (verso) dos autos, de lavra da Douta Procuradora Maria Dulce Baleeiro Costa, com o acolhimento do Procurador Assistente Dr. Nilton Almeida Filho, propõe que o CONSEF, através desta Câmara, aprecie o seu teor, no que se refere ao crédito constituído no presente lançamento, que cobrou ICMS do sujeito passivo de acordo com a seguinte alegação:

*Infração 01 – 05.08.01 – Omissão de saída de mercadoria tributada apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao valor fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito, no exercício de 2009. Valor histórico de R\$7.270,77. Multa de 70%.*

Esclareceu a nobre Procuradora que por se tratar de contribuinte inscrito como MICROEMPRESA, o cálculo do eventual débito de ICMS deveria ter sido efetuado considerando-se as alíquotas pelas faixas de receitas aplicadas ao regime simplificado e não o percentual de 17% aplicável para contribuintes na condição de Normal.

## **VOTO**

Na presente Representação, pede-se o cancelamento do Auto de Infração em epígrafe, de única infração, lavrado para exigir ICMS no valor histórico de R\$7.270,77, decorrente da aplicação do percentual de 17% sobre o valor da suposta saída omitida de mercadoria tributada, apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartões.

O sujeito passivo provocou à Procuradoria conforme petição da fl. 148, alegando que na época dos fatos geradores (2009) a empresa era optante do Simples Nacional, e que, portanto, o percentual de imposto que recolhia mensalmente a título de ICMS era bem inferior aos 17% aplicável sobre a receita omitida.

Ocorre que em uma rápida pesquisa, constatei que o autuado já não fazia mais parte do Regime Simplificado, conforme podemos extrair da tela reproduzida abaixo:

The screenshot shows the 'SIMPLES NACIONAL' website interface. At the top, there is a search bar and navigation links for 'Início', 'Voltar', and 'A+'. Below the header, there are two main tabs: 'Simples Serviços' and 'Simei Serviços'. The 'Simples Serviços' tab is selected, and the page displays the 'Consulta Optantes' section. The data shown is for a consultation on 05/07/2018 for the taxpayer 'TUBARAO HAVAIANO CONFECÇOES LTDA' with CNPJ 73.428.807/0001-01. The status is 'NÃO optante pelo Simples Nacional' and 'NÃO optante pelo SIMEI'. A table shows the taxpayer was excluded from the Simples Nacional on 31/12/2008 by an administrative act from the Receita Federal do Brasil. There are no previous periods for either Simples Nacional or SIMEI.

Data da consulta: 05/07/2018  
Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz  
CNPJ : 73.428.807/0001-01  
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa  
Nome Empresarial : TUBARAO HAVAIANO CONFECÇOES LTDA  
Situação Atual  
Situação no Simples Nacional : NÃO optante pelo Simples Nacional  
Situação no SIMEI: NÃO optante pelo SIMEI  
Períodos Anteriores  
Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores  

Data Inicial	Data Final	Detalhamento
01/07/2007	31/12/2008	Excluída por Ato Administrativo praticado pela Receita Federal do Brasil

  
Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem  
Agendamentos (Simples Nacional)

O sujeito passivo foi excluído do Simples Nacional por ato administrativo praticado pela Receita Federal do Brasil em 31/12/2008. Como os fatos geradores do lançamento de ofício contempla apenas o exercício de 2009, entendo que os argumentos do contribuinte não devem prosperar.

Diante do exposto, voto pelo NÃO ACOLHIMENTO da Representação, devendo ser homologado o valor recolhido.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO ACOLHER** a Representação proposta e julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 269114.4001/10-4, lavrado contra **TUBARÃO HAVAIANO CONFECÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.270,77**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de julho de 2018.

MAURICIO SOUZA PASSOS – PRESIDENTE

TIAGO DE MOURA SIMÕES – RELATOR

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE - REPR. DA PGE/PROFIS